

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

Relatório & Contas

1º Trimestre 2012

Julho 2012



ÍNDICE

A – PRINCIPAIS INDICADORES	3
B – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
Demonstração de Resultados	4
Balança	5
Fluxos de caixa	6
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	7
C - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	8
Carga.....	8
Cruzeiros.....	13
Náutica de Recreio.....	14
Marítimo-Turística.....	15
Dominial.....	15
D – INFORMAÇÃO RELEVANTE	16
E – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	19
F – CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS	32
G - FACTOS SUPERVENIENTES	36

A – PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	Real a 31 de março		Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012
		2011	2012	2012	%
DESEMPENHO ECONÓMICO					
Volume de negócios	'000 €	11.460	11.308	12.745	-1,3%
EBIT	'000 €	1.645	1.975	3.448	20,1%
EBITDA	'000 €	5.028	5.413	6.841	7,7%
Resultado Líquido	'000 €	1.028	1.150	1.648	11,9%
DESEMPENHO FINANCEIRO					
Ativo Total	'000 €	384.607	381.352	386.568	-0,8%
Capitais Próprios	'000 €	197.695	198.553	187.735	0,4%
Passivo total	'000 €	186.912	182.800	198.833	-2,2%
Rentabilidade do ativo (Resultado Líquido / Ativo)	%	0,27	0,30	0,43	0,03 p.p.
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado Líquido / Capitais Próprios)	%	0,52	0,58	0,88	0,06 p.p.
Autonomia financeira (Capitais Próprios / Ativo Total)	%	51,4	52,1	48,6	0,66 p.p.
OUTROS INDICADORES					
Margem Operacional antes Amortiz. e Prov.	%	43,9	47,9	53,7	4,00 p.p.
Margem Operacional	%	14,4	17,5	27,1	3,11 p.p.
Valor Acrescentado Bruto	'000 €	9.018	8.988	9.158	-0,3%
VAB/Nº Trabalhador	'000 €	26,5	27,0	27,3	1,8%

B – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

	31.03.2011	31.03.2012
Vendas e Serviços prestados	8.458.337	8.234.036
Trabalhos para a própria entidade		
Fornecimentos e serviços externos	-2.225.717	-1.996.604
Gastos com o pessoal	-4.303.693	-3.756.438
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		
Provisões (aumentos / reduções)		
Aumentos / reduções de justo valor		-123.904
Outros rendimentos e ganhos	3.908.603	3.965.504
Outros gastos e perdas	-809.880	-909.348
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.027.650	5.413.246
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-3.382.434	-3.438.082
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.645.216	1.975.164
Juros e rendimentos similares obtidos	44.648	1.699
Juros e rendimentos similares suportados	-661.491	-826.475
Resultado antes de impostos	1.028.373	1.150.388
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	1.028.373	1.150.388

Balanço

Unidade: Euros

	31.12.2011	31.03.2012		31.12.2011	31.03.2012
Ativo			Capital próprio e passivo		
Ativo não corrente			Capital próprio		
Ativos fixos tangíveis	289.497.964	288.100.621	Capital realizado	60.000.000	60.000.000
Propriedades de investimento	70.059.496	69.484.615	Reservas legais	1.859.240	2.861.986
Ativos intangíveis	2.026.781	2.034.804	Outras reservas	70.969.243	71.077.304
Outras Contas a receber	669.941	669.941	Outras variações no capital próprio	44.492.903	44.200.106
	362.254.182	360.289.981	Resultados transitados	10.346.191	19.262.846
Ativo corrente				187.667.576	197.402.242
Clientes	12.243.636	11.582.940	Resultado líquido do período	10.027.462	1.150.388
Adiantamentos a fornecedores e Dep. Caução	40.871		Total do capital próprio	197.695.038	198.552.630
Estado e outros entes públicos	580.825	617.888	Passivo		
Outras contas a receber	2.240.784	1.532.511	Passivo não corrente		
Diferimentos	397.888	11.811	Provisões	1.097.648	1.097.648
Ativos não correntes detidos para venda	5.804.261	5.804.261	Financiamentos obtidos	88.478.470	90.853.470
Caixa e depósitos bancários	1.044.252	1.512.858	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14.580.398	14.285.010
	22.352.517	21.062.269	Passivos por impostos diferidos	15.397.806	15.292.240
			Passivos financeiros detidos para negociação	3.288.209	3.412.113
				122.842.531	124.940.481
			Passivo corrente		
			Fornecedores	2.932.188	2.750.775
			Adiantamentos de clientes e Dep. Caução	234.987	252.955
			Estado e outros entes públicos	1.823.344	2.326.994
			Financiamentos obtidos	44.540.509	37.452.525
			Outras contas a pagar	10.312.276	10.405.777
			Diferimentos	4.225.825	4.670.113
				64.069.130	57.859.139
			Total do passivo	186.911.660	182.799.620
Total do ativo	384.606.699	381.352.250	Total do capital próprio e do passivo	384.606.699	381.352.250

Fluxos de caixa

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31.03.2011	31.03.2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	14.089.951	14.114.810
Pagamentos a fornecedores	-3.940.488	-2.605.401
Pagamentos ao pessoal	-4.038.927	-3.757.542
Caixa gerada pelas operações	6.110.536	7.751.867
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	-1.061.631	-397.019
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	5.048.905	7.354.848
Atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis/ Intangíveis	-2.045.781	-722.448
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis/ Intangíveis		
Subsídios ao investimento		137.248
Juros e rendimentos similares		
Incorporação de resultados		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-2.045.781	-585.200
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-7.164.493	-4.712.983
Juros e gastos similares	-1.213.042	-1.588.058
Dividendos a distribuir		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-8.377.535	-6.301.041
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	-5.374.411	468.607
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.763.282	1.044.251
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.388.871	1.512.858

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Unidade: Euros

	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outros variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2011	60.000.000	1.785.101	10.312.276	9.678.944	44.023.716	741.386	187.198.390
Alterações no período							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					469.187		469.187
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2010		74.139		667.247		-741.386	
Resultado líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2011						10.027.462	10.027.462
Saldo em 31 de dezembro de 2011	60.000.000	1.859.240	10.312.276	10.346.191	44.492.903	10.027.462	197.695.038
Alterações no período							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-292.797		-292.797
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2011		1.002.746	108.061	8.916.655		-10.027.462	
Resultado líquido do exercício findo em 31 março de 2012						1.150.388	1.150.388
Saldo em 31 de março de 2012	60.000.000	2.861.986	10.420.337	19.262.846	44.200.106	1.150.388	198.552.630

C - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL

Carga

Movimento de navios no Porto de Lisboa

No primeiro trimestre de 2012, o número de navios que escalaram o Porto de Lisboa atingiu as 679 unidades, menos um que no ano anterior (-0,1%). Destaque-se, no entanto, um aumento significativo do número de navios de passageiros (+52,2%) neste período.

Quanto à tonelage bruta dos navios (GT), apuraram-se cerca de 9,1 milhões de toneladas, cerca de mais 657.500 que o verificado no período homólogo (+7,8%), o que confirma a tendência, que se tem vindo a verificar, para a crescente utilização de navios de maior dimensão, principalmente navios de cruzeiros.

Nos quadros seguintes é possível observar a informação relativa ao número de navios entrados e respetiva tonelage bruta, no primeiro trimestre de 2011 e 2012.

NAVIOS NO PORTO DE LISBOA - 1º trimestre				
Tipo de navios	Número		Variação 2011-2012	
	2011	2012	Absoluta	%
Passageiros (*)	23	35	12	52,2%
Carga geral	477	472	-5	-1,0%
Granéis sólidos	33	33	0	0,0%
Granéis líquidos	122	106	-16	-13,1%
Pesca	1	0	-1	-100,0%
Outros	24	33	9	37,5%
TOTAL	680	679	-1	-0,1%

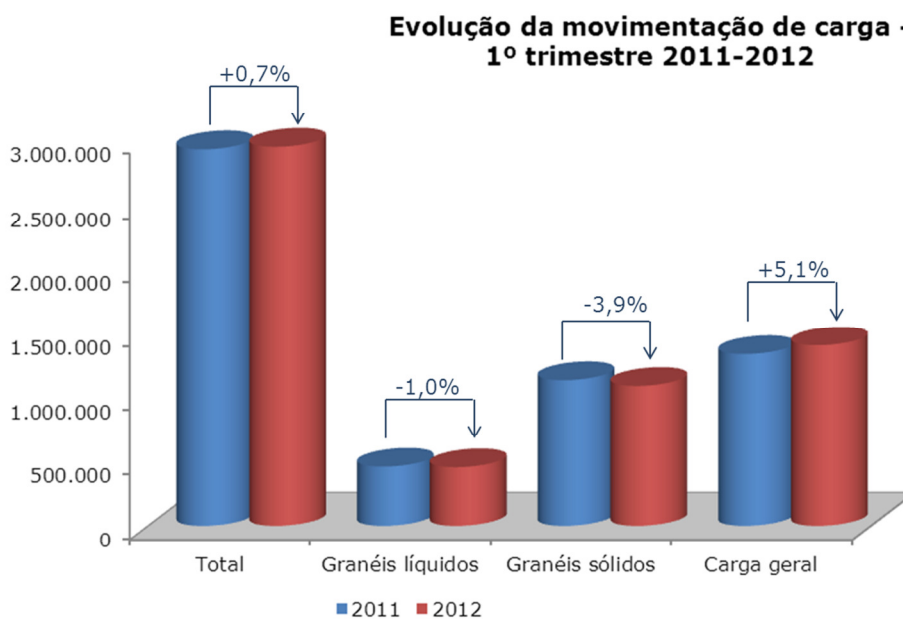
(*) - Inclui alguns navios de passageiros que não são de cruzeiro

TONELAGEM BRUTA DOS NAVIOS NO PORTO DE LISBOA - 1º trimestre				
Tipo de navios	Tonelage Bruta (GT)		Variação 2011-2012	
	2011	2012	Absoluta	%
Passageiros	1.766.019	2.691.407	925.388	52,4%
Carga geral	4.790.872	4.723.737	-67.135	-1,4%
Granéis sólidos	877.444	714.690	-162.754	-18,5%
Granéis líquidos	871.542	815.515	-56.027	-6,4%
Pesca	1.598	0	-1.598	-100,0%
Outros	125.379	144.991	19.612	15,6%
TOTAL	8.432.854	9.090.340	657.486	7,8%

Carga movimentada no Porto de Lisboa

No primeiro trimestre de 2012, o tráfego de mercadorias no Porto de Lisboa apresentou um aumento de 0,7% no total das mercadorias, que corresponde a uma variação positiva de cerca de 19.500 toneladas em relação ao mesmo período de 2011. Apesar do ligeiro decréscimo nos segmentos dos granéis sólidos (-3,9%) e líquidos (-1%), o mesmo foi compensado pelo comportamento favorável ao nível do segmento da carga geral, com mais cerca de 68.500 toneladas (+5,1%).

Unidade: Toneladas



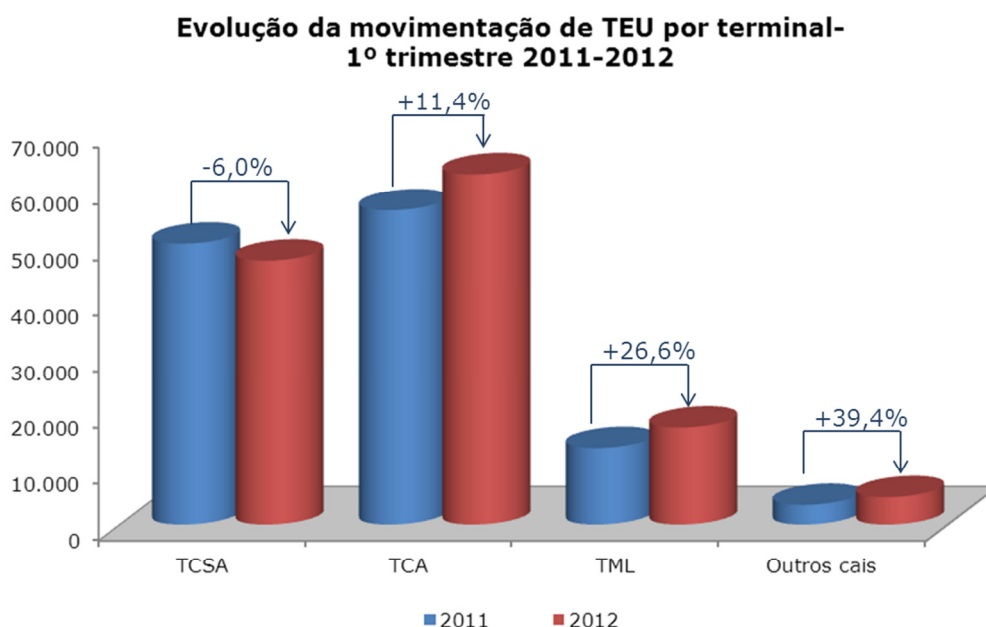
MOVIMENTO DE MERCADORIAS SEGUNDO O SEGMENTO (TONELADAS) – 1º trimestre

Mercadorias	2011			2012			Variação 2011 - 2012	
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Carga geral	858.153	477.019	1.335.172	949.222	454.288	1.403.510	68.338	5,1%
Fracionada	24.593	44.068	68.662	13.876	27.038	40.914	-27.748	-40,4%
Contentorizada *	827.331	431.199	1.258.530	929.534	426.599	1.356.133	97.603	7,8%
Ro-Ro	6.229	1.752	7.980	5.812	652	6.463	-1.517	-19,0%
Granéis sólidos	114.247	1.018.011	1.132.257	127.599	960.473	1.088.072	-44.185	-3,9%
Cereais, forragens e sementes oleaginosas	11.765	747.336	759.101	23.303	731.505	754.807	-4.293	-0,6%
Minérios	3.166	0	3.166	8.195	0	8.195	5.029	158,9%
Carvão	0	0	0	0	0	0	0	-
Outros	99.316	270.675	369.991	96.102	228.968	325.070	-44.921	-12,1%
Granéis líquidos	281.262	176.501	457.763	28.847	424.327	453.174	-4.589	-1,0%
Produtos refinados	272.315	161.071	433.386	14.501	299.308	308.809	-124.576	-28,7%
Gases liquefeitos	0	0	0	0	16.613	16.613	16.613	-
Outros	8.947	15.430	24.377	14.346	113.406	127.751	103.374	424,1%
TOTAL GERAL	1.253.662	1.671.530	2.925.192	1.105.668	1.839.088	2.944.756	19.564	0,7%

*Inclui as taras de contentores

No que se refere à carga contentorizada, segmento estratégico para o Porto de Lisboa, verificou-se um acréscimo de cerca de 81.500 toneladas (8,2%), correspondentes a, sensivelmente, mais 8.400 TEU (6,8%), em relação à movimentação no período homólogo de 2011, fruto da continuação do aumento das exportações nacionais cuja evolução positiva tem vindo a ocorrer nos últimos anos.

No que se refere à movimentação de cada um dos principais terminais, verifica-se um decréscimo em TEU no Terminal de Contentores de Santa Apolónia (TCSA), tendo contudo ocorrido um aumento no número de toneladas movimentadas, na ordem das 14.500 toneladas (+3,4%). No que se refere aos outros terminais que se dedicam a este tipo de tráfego, todos cresceram em TEU e tonelagem movimentada. Nos restantes cais, não especializados, registou-se um aumento significativo, na ordem das 11.500 toneladas (63,1%) correspondendo a cerca de mais 1.500 TEU (39,4%).



MOVIMENTO DE CONTENTORES POR TERMINAL – 1º trimestre

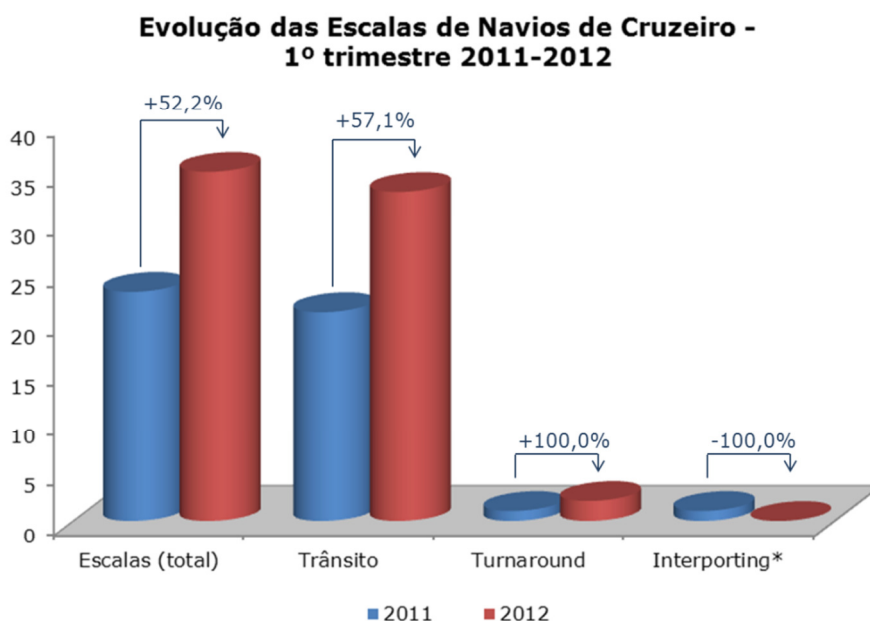
	2011			2012			Variação 2011 - 2012	
TERMINAL DE CONTENTORES DE SANTA APOLÓNIA – SOTAGUS (TCSA)								
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Número	16.997	16.778	33.775	16.959	15.364	32.323	-1.452	-4,3%
TEU	24.780	25.340	50.120	24.229	22.873	47.102	-3.018	-6,0%
Toneladas*	293.542	126.521	420.063	303.874	130.607	434.480	14.417	3,4%
TERMINAL DE CONTENTORES DE ALCÂNTARA – LISCONT (TCA)								
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Número	19.067	17.727	36.794	21.063	20.821	41.884	5.090	13,8%
TEU	29.127	26.934	56.061	31.221	31.223	62.444	6.383	11,4%
Toneladas*	323.562	140.139	463.701	384.773	113.969	498.741	35.040	7,6%
TERMINAL MULTIPURPOSE DE LISBOA – OPERLIS (TML)								
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Número	4.515	4.874	9.389	5.827	6.460	12.287	2.898	30,9%
TEU	6.603	7.060	13.663	8.123	9.176	17.299	3.636	26,6%
Toneladas*	60.635	34.027	94.662	77.750	37.583	115.333	20.671	21,8%
OUTROS CAIS								
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Número	1.055	982	2.037	1.463	1.432	2.895	858	42,1%
TEU	1.805	1.676	3.481	2.523	2.331	4.854	1.373	39,4%
Toneladas*	16.825	1.177	18.002	23.794	5.567	29.361	11.359	63,1%
TOTAL GERAL								
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Absoluta	%
Número	41.634	40.361	81.995	45.312	44.077	89.389	7.394	9,0%
TEU	62.315	61.010	123.325	66.096	65.603	131.699	8.374	6,8%
Toneladas*	694.565	301.863	996.428	790.190	287.726	1.077.916	81.488	8,2%

*Não inclui as taras de contentores

Cruzeiros

No primeiro trimestre de 2012, a indústria dos cruzeiros no Porto de Lisboa registou novos crescimentos ao nível das escalas e dos passageiros.

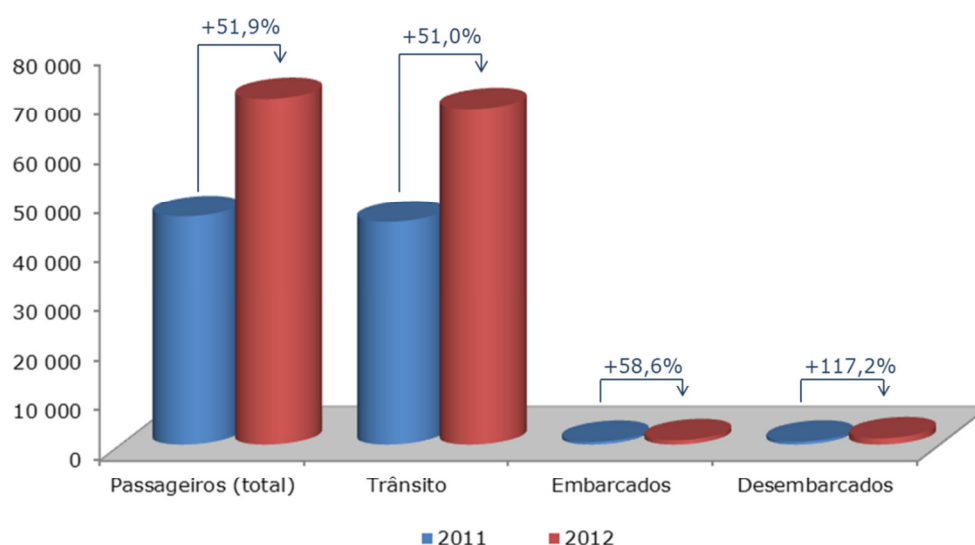
O primeiro trimestre do ano ficou marcado por um total de 35 escalas, contra as 23 registadas no período homólogo de 2011, o que correspondeu a um crescimento de 52,2%, determinado, quer pelo aumento do número de escalas realizadas pelo operador de cruzeiros *Aida Cruises*, que quase que duplicou o número de escalas face a 2011, bem como pelo aumento do número de escalas realizadas pelo navio de cruzeiros *Independence of the Seas*.



*Turnaround parcial

No que concerne aos passageiros, foram 69.983 os turistas que passaram pelo Porto de Lisboa no período em análise, representando um crescimento de 51,9% quando comparado com os 46.083 passageiros registados em 2011, impulsionado quer pelo segmento de trânsito (+51,0%), quer pelo segmento de *turnaround* (+88,8%).

Evolução do Número de Passageiros de Cruzeiro - 1º trimestre 2011-2012



Náutica de Recreio

A atividade da Náutica de Recreio do Porto de Lisboa registou, durante o primeiro trimestre de 2012, uma redução (-1,8%) em relação aos valores verificados no mesmo período de 2011. Esta situação ficou a dever-se sobretudo à diminuição do número de embarcações de bandeira estrangeira (-17,8%), já que as embarcações de bandeira nacional mantiveram sensivelmente o mesmo nível (-0,4%).

Esta quebra no total das embarcações resultou, essencialmente, da conjuntura económica adversa da Europa, em geral, e do país, em particular, que leva a que os europeus pratiquem menos turismo náutico, e que, no caso dos clientes nacionais, retirassem as embarcações de recreio estacionadas nas docas de recreio e as estacionassem a seco.

NÚMERO DE EMBARCAÇÕES - 1º trimestre				
	2011	2012	Variação 2011-2012	
			Absoluta	%
Bandeira Portuguesa	2.456	2.446	-10	-0,4%
Bandeira Estrangeira	219	180	-39	-17,8%
TOTAL	2.675	2.626	-49	-1,8%

Este abrandamento registado no número de embarcações refletiu-se na Taxa Média de Ocupação Anual, que passou de 73%, durante o primeiro trimestre de 2011, para 64% em igual período de 2012.

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO – 1º trimestre			
	2011	2012	Variação % 2011/2012
TOTAL	73%	64%	-12,3%

Marítimo-Turística

No que diz respeito à atividade Marítimo-Turística encontravam-se licenciados, durante o primeiro trimestre de 2012, 25 operadores (mais 6 em relação ao período homólogo de 2011) que desenvolveram a sua atividade com 47 embarcações (mais 15 que no ano anterior).

Dominial

Serviço de Espaços

Tendo em conta as alterações introduzidas ao nível da vigência dos contratos com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no primeiro trimestre do ano, continuaram a ser regularizadas as ocupações, quer através do desencadeamento de procedimentos concursais, quer através da conversão dos títulos, no caso das licenças que, de acordo com a legislação em vigor, deveriam estar sujeitas ao regime da concessão, atendendo à natureza do uso ou por implicarem investimentos avultados.

Durante o período em causa concretizaram-se algumas atribuições, nomeadamente a emissão de novas licenças para venda de artigos nas gares marítimas de Alcântara e Santa Apolónia.

Face à situação económica que se tem vivido, assistiu-se à insolvência de algumas sociedades, com o conseqüente encerramento dos espaços, bem como a uma pressão forte no sentido de fixação de taxas de utilização privativa mais baixas.

Promoção Dominial

No que respeita à faturação da Promoção Dominial, no primeiro trimestre de 2012 registou-se um aumento de 16,5% (cerca de 22.000 euros) em relação à faturação no primeiro trimestre de 2011, devido, principalmente ao incremento dos alugueres de espaços descobertos.

D – INFORMAÇÃO RELEVANTE

■ Redefinição da área de jurisdição da APL

Existem áreas na jurisdição da APL cuja inclusão sob sua administração já não encontra fundamento técnico, e, pelo contrário, existem outras áreas (no plano líquido) cuja inclusão na jurisdição da APL poderá vir a justificar-se no futuro.

A APL concluiu o estudo para identificação das áreas que por um lado já não têm fundamento técnico/operacional que justifique a sua manutenção dentro da jurisdição portuária e que, por outro, a sua exclusão não levanta dificuldades de natureza financeira e económica.

Este estudo, ao contrário do desenvolvido em 2011, teve uma abordagem global, isto é, no âmbito da Lei da Água e não concelho a concelho ao abrigo do DL 200/2008.

A avaliação da eventual expansão da jurisdição ao nível dos canais de navegação (jurisdição restrita) foi adiada para momento posterior.

■ Terminal *Multipurpose* de Lisboa

Ainda em 2010, foi prorrogado o prazo da atual concessão do TML, até 31 de dezembro de 2012, prazo esse que se estimou como sendo o necessário à seleção e entrada em funções de um novo concessionário para aquele terminal, a escolher através de concurso público. Após esse momento, a APL desencadeou os procedimentos necessários ao lançamento de um procedimento concursal para atribuição da concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da atividade de movimentação de cargas no TML, designadamente procedendo à elaboração das respetivas peças concursais. Concluído o processo, a APL remeteu em Dezembro de 2011 o mesmo para apreciação e eventual aprovação da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Aguarda-se decisão.

■ Terminal de Contentores de Alcântara

O Projeto de "Expansão do Terminal de Contentores de Alcântara", apresentado pela concessionária Liscont no âmbito do aditamento de 2008 foi objeto de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável, datada de 22 de julho de 2011.

Subsequentemente, no dia 15 de outubro de 2011, Tribunal Arbitral designado, nos termos contratuais, para dirimir a questão decorrente da publicação da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, proferiu acórdão recusando a aplicação, por inconstitucionalidade desta lei e, em consequência, julgou improcedente o pedido da APL de anulação do aditamento celebrado em 2008, que havia prorrogado o prazo da concessão do Terminal de

Contentores de Alcântara — aguarda-se decisão do Tribunal Constitucional. Recorde-se que a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 14/2010 que revogou o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro, com base no qual tinha sido celebrado, entre a APL e a concessionária Liscont, aditamento que prorrogou o prazo da concessão do TCA de 2015 para 2042 e estabeleceu novos termos e condições e que perante a recusa da concessionária em reconhecer o efeito invalidante da referida lei a APL interpôs ação para Tribunal Arbitral, pedindo a apreciação da invalidade do Aditamento.

Até à extinção ou declaração de invalidade do Aditamento outorgado em 2008 as obrigações decorrentes do Aditamento mantêm-se nos termos nele estipulado e das demais normas aplicáveis.

No 1.º trimestre a APL, convicta de que a decisão do Tribunal Constitucional confirmará o acórdão do Tribunal Arbitral e que devido à DIA desfavorável não será possível manter o projeto previsto no Aditamento de 2008 e, portanto, o contrato na versão decorrente deste, propôs à tutela iniciar conversações com a Liscont, dentro de duas linhas de rumo possíveis, de acordo com a DIA:

- Preparar um novo projeto e lançar novo concurso público com vista à extinção da concessão em 2015, como previsto no contrato de concessão na versão pré-aditamento de 2008, negociando com a Liscont a indemnização pelos investimentos efetuados;
- Preparar um novo projeto, negociando com a Liscont a indemnização pelos investimentos efetuados em conjugação com a negociação de uma extensão de prazo ao abrigo do contrato de concessão na versão de 1984, pré-aditamento de 2008, e nos termos nele definidos, isto é, por, no máximo, 5 anos (até 2020), com vista a reduzir a referida indemnização e dispor de mais tempo para preparar o futuro do terminal, articuladamente com o das restantes concessões portuárias do Porto de Lisboa que também terminam em 2020.

Nestes termos, em março de 2012 foi submetida à Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações uma proposta preliminar com os referidos cenários devidamente quantificados.

■ **Reabilitação e Reconversão da Doca de Pedrouços**

A obra prevista para a Doca de Pedrouços e sua envolvente tinha como objetivo de curto prazo a realização da VOR e como objetivo futuro o lançamento de um Concurso Internacional para concessão da construção e exploração das restantes obras necessárias a transformação daquela área em uma marina de referência no estuário do Tejo.

Durante o primeiro trimestre de 2012 prosseguiram dentro dos prazos e custos previstos as obras adjudicadas em 2011 com vista à sua conclusão em fins de abril/princípio de maio de 2012.

Também durante o primeiro trimestre se prosseguiu com a elaboração dos Termos de Referência para o referido Concurso Internacional, tendo em vista a sua aprovação pela SEOPTC e lançamento do concurso logo após a VOR, isto é, em junho de 2012, beneficiando-se assim da divulgação internacional de que o espaço poderia usufruir, caso se venha a revelar adequado ao sucesso do evento.

■ **Outros investimentos**

■ **Novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa**

Apreciadas as fases anteriores, no primeiro trimestre de 2012 prosseguiu-se com o desenvolvimento da fase de Projeto de Execução pelo consultor externo Arq.º Carrilho da Graça.

■ **Abrigo para Embarcações de Pesca na Cova do Vapor**

Após conclusão do Projeto de Execução (face à necessidade de realocar as atividades ligadas à pesca no estuário do Tejo), aguardava-se resposta à Nota Técnica de Ambiente enviada à APA - Autoridade Portuguesa do Ambiente - para auscultação da necessidade de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental, situação que se manteve no primeiro trimestre.

■ **Estudo do Parque de Espera da Trafaria**

Encontrava-se em desenvolvimento a fase de Anteprojecto para a requalificação e arborização do Parque de Espera de Pesados da Trafaria, face à necessidade de ordenar o estacionamento de veículos pesados que acedem ao Terminal da SILOPOR na Trafaria.

■ **Reperfilamento da Margem do Terraplino de Algés**

O Programa Preliminar encontrava-se em estudo, estando a ser elaborado internamente, com o principal objetivo de melhorar as instalações marítimo-portuárias de Algés e a regularização daquele troço marginal.

E – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

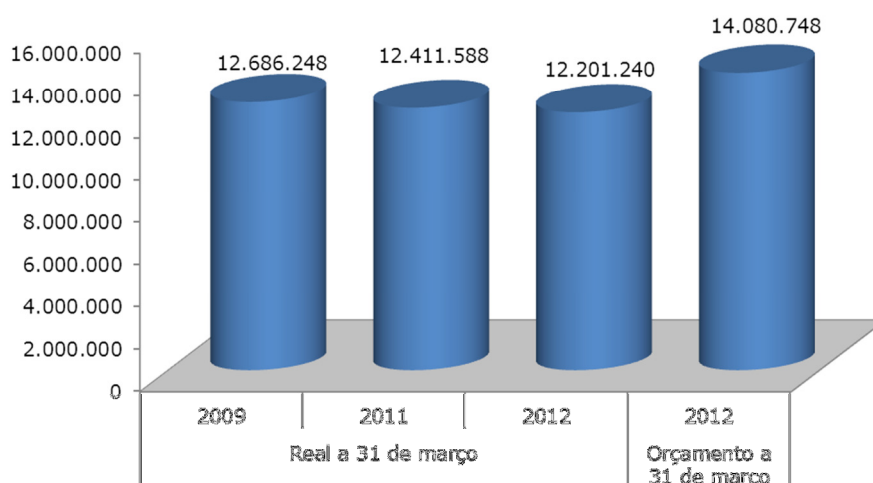
A APL encerrou o 1º trimestre de 2012 com um Resultado Líquido de 1.150 milhares de euros (+11,9% face ao período homólogo de 2011). Para a obtenção do referido resultado concorreram os seguintes fatores que passamos a enumerar.

Atividade Operacional

A atividade operacional é composta pela análise dos Rendimentos e Ganhos e Gastos e Perdas que diretamente contribuem para os resultados da empresa.

Rendimentos e Ganhos

Unidade: Euros



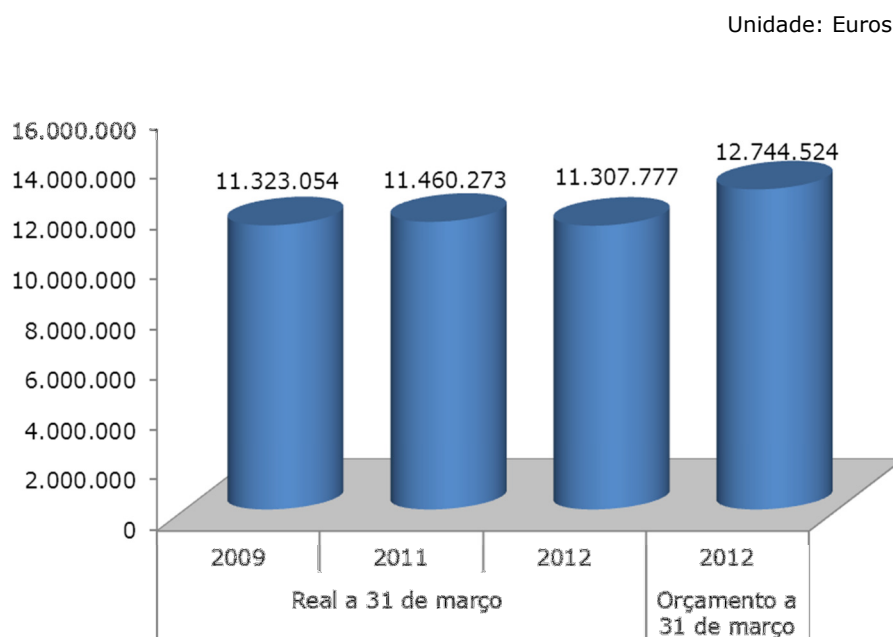
Unidade: Euros

Rendimentos e Ganhos	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Variação 2012 Real/Orç	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
	12.686.248	12.411.588	12.201.240	14.080.748	-210.348	-1,7%	-485.008	-3,8%	-1.879.508	-13,4%
Vendas e Serviços Prestados	11.067.277	8.458.337	8.234.036	9.675.747	-224.301	-2,7%	-2.833.241	-25,6%	-1.441.711	-14,9%
Outros rendimentos e ganhos	1.616.019	3.908.603	3.965.505	4.355.001	56.902	1,5%	2.349.486	145,4%	-389.496	-8,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	2.952	44.648	1.699	50	-42.949	-96,2%	-1.253	-42,5%	-48.301	-96,6%

No total dos Rendimentos e Ganhos, na rubrica Vendas e Serviços Prestados, verificou-se no final do 1º trimestre de 2012, uma ligeira evolução negativa face a período homólogo de 2011, sendo que em relação a 2009 a variação negativa foi mais expressiva. De facto, e sem prejuízo das considerações colocadas a seguir relativamente ao Volume de Negócios, salienta-se:

- A redução de 2,7% face ao ano de 2011, que reflete a conjuntura económica adversa, considerando-se porém que a inversão desta tendência é possível até ao final do ano 2012;
- A redução de 25,6% face ao ano de 2009, que reflete sobretudo a transferência de imóveis, com as respetivas taxas dominiais, para a Câmara Municipal de Lisboa, que se efetivou no ano de 2010;
- A não concretização da venda de parte da carteira de imobilizado não *core*.

Volume de Negócios



Em relação ao orçamento de 2012, no período homólogo, registou-se uma variação negativa de 14,2% com especial atenção para o Regulamento de Tarifas (-28,0%), exploração da atividade marítimo-turística (-14,8%) e náutica de recreio (-5,3%). Refira-se que o primeiro trimestre do ano é sempre um trimestre com um volume de tarifas reduzido tendo tendência para que no final do ano se alinhe com os valores orçamentados (que não refletem esta sazonalidade).

Unidade: Euros

VOLUME DE NEGÓCIOS	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Desvio real/orç. 2012	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Val.	%
Serviços Prestados	11.067.277	8.458.337	8.234.036	9.597.000	-224.301	-2,7%	-2.833.241	-29,5%	-1.362.964	-14,2%
Regulamento de tarifas	3.426.444	3.924.470	3.516.658	4.887.275	-407.812	-10,4%	90.213	1,9%	-1.370.617	-28,0%
Concessões	3.991.686	3.938.117	4.154.253	4.143.400	216.136	5,5%	162.567	3,9%	10.853	0,3%
Exploração da Náutica de Recreio	563.779	505.605	447.464	472.65	-58.14	-11,5%	-116.315	-24,6%	-25.186	-5,3%
Exploração da Atividade Marítimo-Turística	9.578	4.798	14.915	17.5	10.117	210,9%	5.337	30,5%	-2.585	-14,8%
Outras Prestações de Serviços	350.135	85.347	100.746	76.175	15.398	18,0%	-249.389	-327,4%	24.571	32,3%
Usos Dominiais (*)	2.725.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	255.777	3.001.936	3.073.741	3.147.524	71.805	2,4%	2.817.964	89,5%	-73.782	-2,3%
Usos dominiais	-	1.992.769	1.968.089	2.074.500	-24.68	-1,2%	-	-	-106.411	-5,1%
Rendas de Propriedades Investimento	255.777	1.009.167	1.105.653	1.073.024	96.486	9,6%	849.876	79,2%	32.629	3,0%
VOLUME DE NEGÓCIOS	11.323.054	11.460.273	11.307.777	12.744.524	-152.495	-1,3%	-15.277	-0,1%	-1.436.746	-11,3%

(*) No 1º trimestre de 2009 os Usos dominiais estavam ainda incluídos na rubrica da conta 72 Serviços Prestados - Uso de Edificações

Gastos e Perdas

No âmbito dos Gastos e Perdas são de destacar os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com o Pessoal, que ao longo dos últimos anos têm vindo a reduzir consistentemente o seu peso nos Gastos e Perdas Totais.

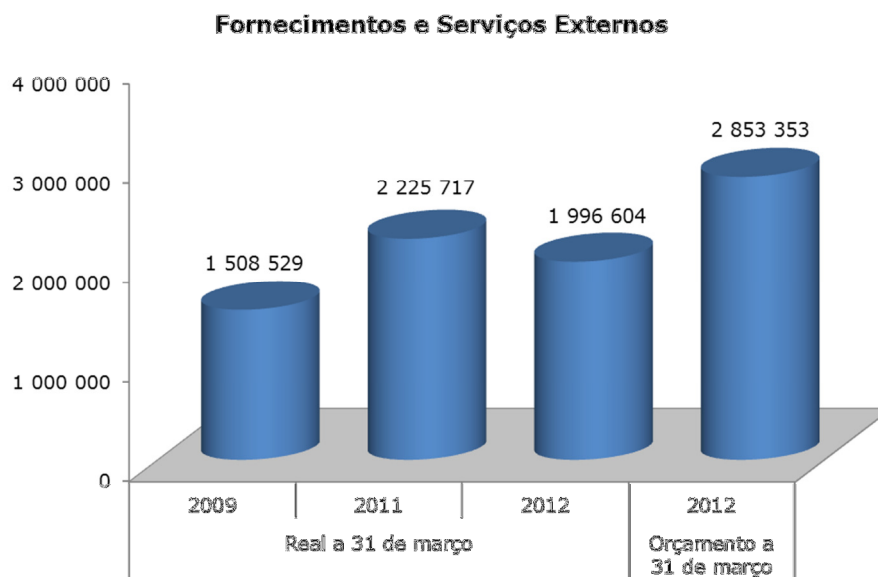
Unidade: Euros

GASTOS E PERDAS	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Variação 2012 Real/Orç	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Gastos Operacionais	6.206.885	6.529.410	5.753.042	6.420.706	-776.368	-11,9%	-453.843	-7,3%	-667.664	-10,4%
Restantes Gastos e Perdas	4.368.607	4.853.805	5.297.809	6.012.099	444.004	9,2%	929.202	21,3%	-714.290	-11,9%
Gastos e Perdas Totais	10.575.492	11.383.215	11.050.851	12.432.805	-332.364	-2,9%	475.359	4,5%	-1.381.954	-11,1%

Fornecimentos e Serviços Externos

Destacam-se na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, os esforços desenvolvidos para reduzir, ao essencial, os gastos. Assim, pode verificar-se, comparando com o período homólogo de 2011, uma redução de 10,3% nos custos com as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos.

Já em relação ao 1º trimestre de 2009, verifica-se uma variação positiva, no entanto, o valor apresentado para os Fornecimentos e Serviços Externos referente ao 1º trimestre de 2009, não inclui todas as faturas relativas àquele período. Assim, a comparabilidade da evolução registada entre 2009 e 2012 não deverá ser integralmente linear, pois, em 2009, ocorreu um atraso relevante em termos de contabilização de faturas, pelo que este valor está efetivamente subestimado.



A título exemplificativo, pode analisar-se a evolução de algumas rubricas, atendendo à observação feita anteriormente relativamente ao 1º trimestre de 2011 e orçamento de 2012.

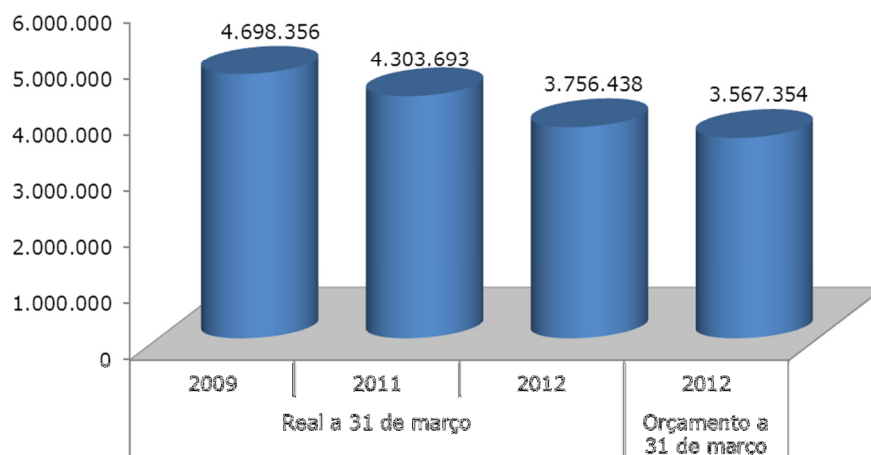
- Publicidade e Propaganda – Redução de 11,1% face a 2011 e de 23,9% face ao orçamentado para o período;
- Dragagens de Manutenção – Aumento de 92,0% face a 2011 não tendo contudo sido atingido o montante orçamentado para o 1º trimestre de 2012 (-68,8%);
- *Utilities*: Eletricidade e Água – Otimização dos consumos de eletricidade e água. Verificou-se uma redução, face a 2011, de 10,6% em eletricidade e de 19,7% na água. O desvio face ao orçamento, no que se refere à água (+115,4%) está relacionado com o atraso verificado no procedimento concursal para concessão do fornecimento de água;
- Combustíveis – Gasolina e Gasóleo – Redução de consumos de combustível por via da redução da frota automóvel e racionalização de consumo no equipamento marítimo, nomeadamente embarcações (redução face a 2011 de 33,1% e, face ao orçamento para 2012, de 27,2%);
- Limpeza, Higiene e Conforto – Redução, face a 2011, de 67,0% bem como face ao valor orçamentado (-60,4%), explicado pelo facto de, até ao final do trimestre, o Porto de Lisboa não ter ainda registado a acostagem de nenhum vaso de guerra de grandes dimensões (com influência determinante nos custos com a recolha de resíduos).

Unidade: Euros

Fornecimentos e Serviços Externos	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Desvio real/orç. 2012	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Total	1.508.529	2.225.717	1.996.604	2.853.396	-229.113	-10,3%	488.075	32,3%	-856.792	-30,0%
Subcontratos	---	---	6.508	32.207	---	---	---	---	-25.699	-79,8%
Trabalhos especializados	34.778	98.065	124.418	166.438	26.354	26,9%	89.640	257,8%	-42.019	-25,3%
Publicidade e Propaganda	91.086	51.044	45.356	59.600	-5.688	-11,1%	-45.730	-50,2%	-14.244	-23,9%
Vigilância e Segurança	26.480	165.88	241.929	290.063	76.049	45,9%	215.449	813,6%	-48.134	-16,6%
Comissões cobrança	6.211	47.299	45.091	41.123	-2.208	-4,7%	38.880	626,0%	3.967	9,7%
Conservação e Reparação	435.582	421.887	448.430	341.254	26.543	6,3%	12.848	3,0%	107.176	31,4%
Dragagens	343.532	120.000	230.358	737.500	110.358	92,0%	-113.174	-32,9%	-507.142	-68,8%
Livros e Documentação	5.224	5.792	4.191	3.750	-1.601	-27,6%	-1.033	-19,8%	441	11,8%
Eletricidade	169.323	148.892	133.093	177.500	-15.798	-10,6%	-36.230	-21,4%	-44.407	-25,0%
Combustíveis	26.786	54.689	36.603	50.259	-18.086	-33,1%	9.818	36,7%	-13.656	-27,2%
Água	127.337	134.109	107.716	50.000	-26.393	-19,7%	-19.621	-15,4%	57.716	115,4%
Deslocações e Estadas	1.032	35.978	11.871	12.914	-24.107	-67,0%	10.840	1050,9%	-1.042	-8,1%
Transporte pessoal	---	36.568	35.419	38.900	-1.149	-3,1%	---	---	-3.481	-9,0%
Rendas e alugueres	56.612	49.451	65.568	103.112	16.117	32,6%	8.957	15,8%	-37.543	-36,4%
Comunicações	27.828	36.056	31.950	34.990	-4.106	-11,4%	4.122	14,8%	-3.040	-8,7%
Seguros	22.816	91.075	108.024	57.480	16.949	18,6%	85.208	373,5%	50.544	87,9%
Royalties	42.821	82.443	71.172	79.660	-11.271	-13,7%	28.351	66,2%	-8.488	-10,7%
Limpeza higiene conforto	61.220	607.323	200.655	506.50	-406.669	-67,0%	139.435	227,8%	-305.845	-60,4%
Outras	29.862	39.165	48.251	70.146	9.086	23,2%	18.389	61,6%	-21.895	-31,2%

Gastos com o Pessoal

Unidade: Euros



Relativamente ao 1º trimestre de 2012, a redução dos Gastos com Pessoal decorreu sobretudo de diretrizes externas. Comparando com o período homólogo de 2011 a quebra é de 12,7% e, com 2009, é de 20,1%, variação essa que se traduziu em -550.000 euros e -942.000 euros, respetivamente.

Gastos com Pessoal	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Desvio real/orç. 2012	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Val.	%
Total	4.698.356	4.303.693	3.756.438	3.567.354	-547.254	-12,7%	-941.918	-20,1%	189.085	5,3%
Remuneração dos Órgãos Sociais	64.429	71.131	59.843	55.342	-11.289	-17,5%	-4.586	-7,1%	4.501	8,1%
Remunerações do Pessoal	3.536.631	3.378.745	2.911.742	2.772.516	-467.003	-13,2%	-624.889	-17,7%	139.227	5,0%
Encargos Sobre Remunerações	522.163	578.283	494.428	463.756	-83.855	-16,1%	-27.735	-5,3%	30.672	6,6%
Seguros e Ação Social	540.143	260.935	270.471	230.795	9.536	1,8%	-269.672	-49,9%	39.676	17,2%
Outros	34.990	14.598	19.955	44.945	5.357	15,3%	-15.035	-43,0%	-24.990	-55,6%

A prossecução das orientações definidas para o SEE é, nesta rubrica, demonstrada sob a forma da redução significativa por comparação com igual trimestre de 2011 e 2009.

Dá-se especial ênfase às rubricas de remunerações quer de Órgãos Sociais, quer de Pessoal que assentaram fundamentalmente nos seguintes fatores orientadores de diminuição:

- Redução progressiva das remunerações ilíquidas superiores a 1.500,00 euros/mês dos trabalhadores da APL, de acordo com os parâmetros indicados para a Função Pública, no Orçamento de Estado de 2012;
- Congelamento da atualização salarial das remunerações ilíquidas iguais ou inferiores a 1.500,00 euros/mês dos trabalhadores da APL, conforme imposto pelo Orçamento de Estado de 2012;
- Congelamento das promoções e progressões na carreira, de acordo com o estabelecido no Orçamento de Estado de 2012;

Outro fator demonstrativo das reduções evidenciadas anteriormente refere-se à redução do número de colaboradores da APL, que comparando com o primeiro trimestre de 2011 diminuiu em 7 colaboradores e, face a 2009, em 16 colaboradores. Note-se que esta redução do número de colaboradores da empresa derivou, essencialmente, da sua aposentação.

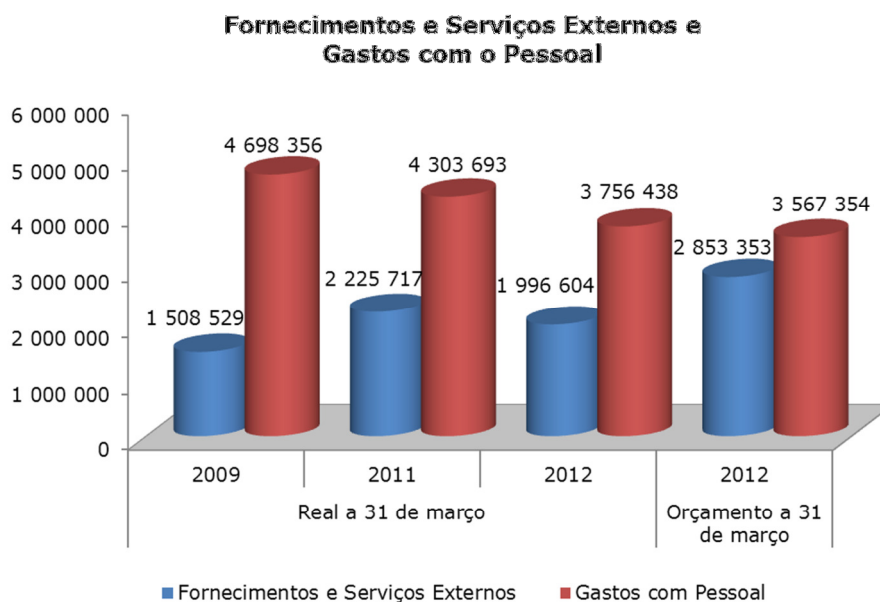
	Real a 31 de março			Orçamento a 31 de março	Variação 2011/2012		Variação 2009/2012		Desvio real/orç. 2012	
	2009	2011	2012	2012	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Efetivo médio	349	340	333	335	-7	-2,1%	-16	-4,6%	-2	-0,6%

Podem ainda ser considerados mais alguns fatores que, pelo seu peso absoluto, contribuíram para a redução evidenciada anteriormente, tais como:

- Continuação da linha orientadora referente à redução do encargo global com o trabalho suplementar, correspondente a uma redução de 56,6% face a 2011 e de 69,7% face a 2009;

- Implementação de uma política de formação mais eficiente, privilegiando as ações internas, originando uma redução de gastos face ao 1º trimestre de 2011 de 69,9% e 56,2%, face ao 1º trimestre de 2009.

Unidade: Euros

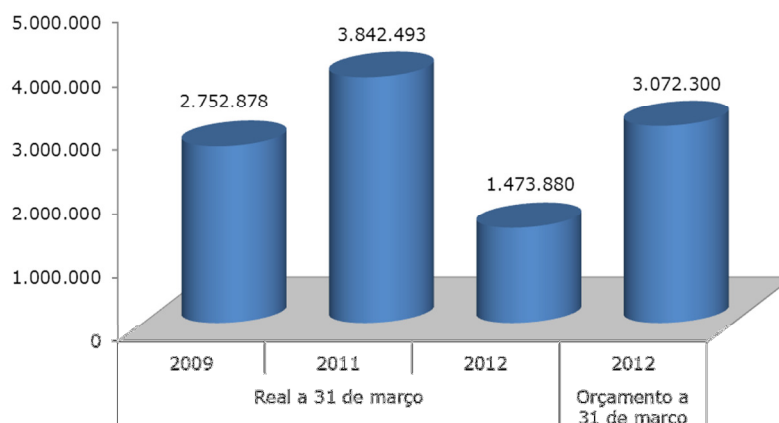


Nos gastos operacionais, os quais englobam os Gastos com FSE e Pessoal, a 31 de março de 2012 a redução obtida pela empresa situou-se nos 7,3% se comparado com período homólogo de 2009, e 11,9% se comparado com período homólogo de 2011.

Estes indicadores permitem antever boas perspetivas para o cumprimento no final do ano dos objetivos traçados.

Investimento

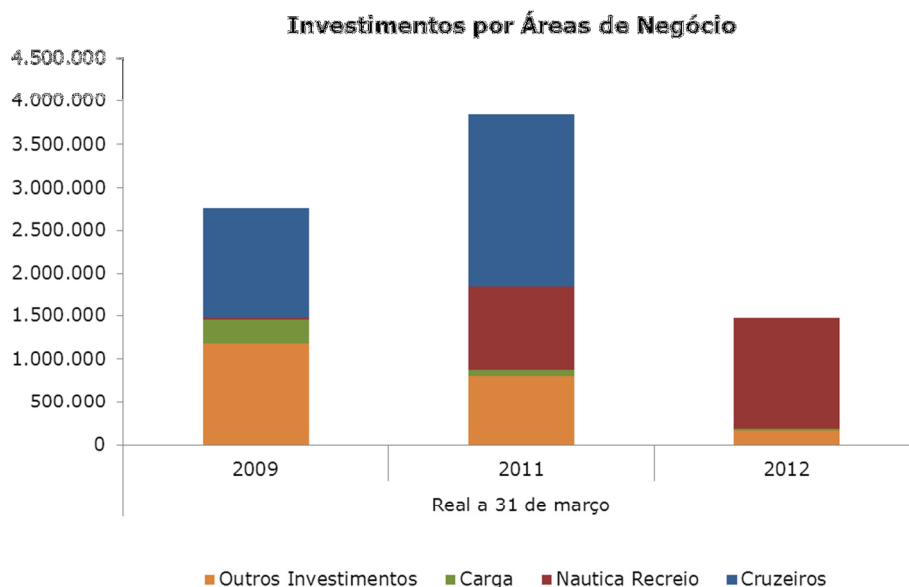
Unidade: Euros



A análise do 1º trimestre de 2012 revela que a APL tem apostado na reorganização dos investimentos. De facto, em virtude das contingências na tesouraria, a APL, S.A. tem vindo a efetuar uma monitorização constante do volume dos seus investimentos limitando-os ao essencial.

Evidencia-se que a APL, nos últimos anos, incidiu os seus investimentos ao nível da Náutica de recreio e dos Cruzeiros, nomeadamente nas obras necessárias para acolher a *Volvo Ocean Race* e a continuação da obra do Novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa, respetivamente.

Unidade: euros



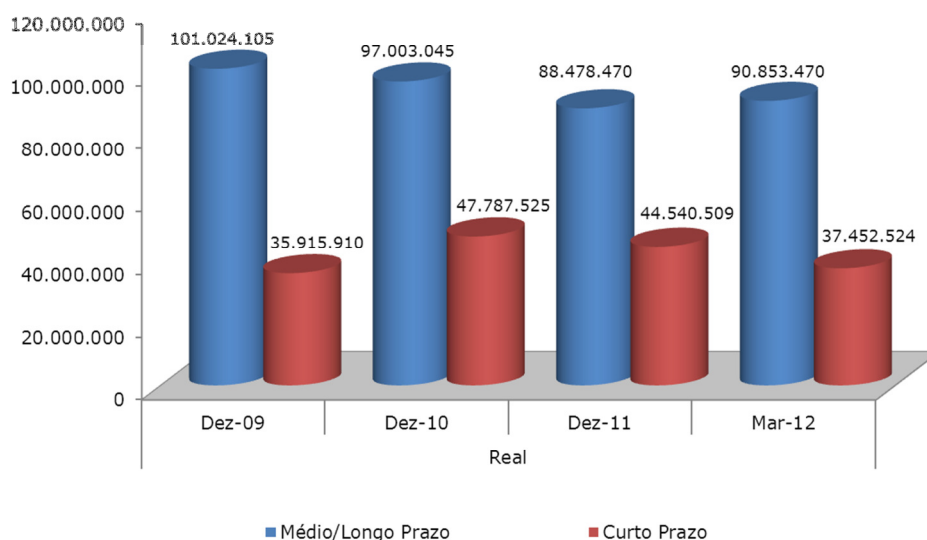
Refira-se adicionalmente que, no que respeita ao financiamento dos investimentos realizados no 1º trimestre de 2012, a APL obteve fundos comunitários no montante total de 137.248 euros que se pode considerar residual, sendo o restante efetuado com recurso a autofinanciamento (90,7%).

Unidade: euros

Fontes de Financiamento	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-03-2012
Fundos Comunitários	-	-	590.535	137.248
Parcerias com Autarquias - QREN	-	-	489.409	76.621
Projeto MIELE	-	-	101.126	60.627
OE – Cap. 50º (PIDDAC)	840.079	875.000	262.500	-
Autofinanciamento - Fundos Próprios	13.443.143	15.270.098	8.283.079	1.336.632
Capital Alheio	6.121.381	6.919.328	3.915.478	-
Total Investimento	20.404.603	23.064.426	13.051.592	1.473.880

Passivo Remunerado

Unidade: Euros



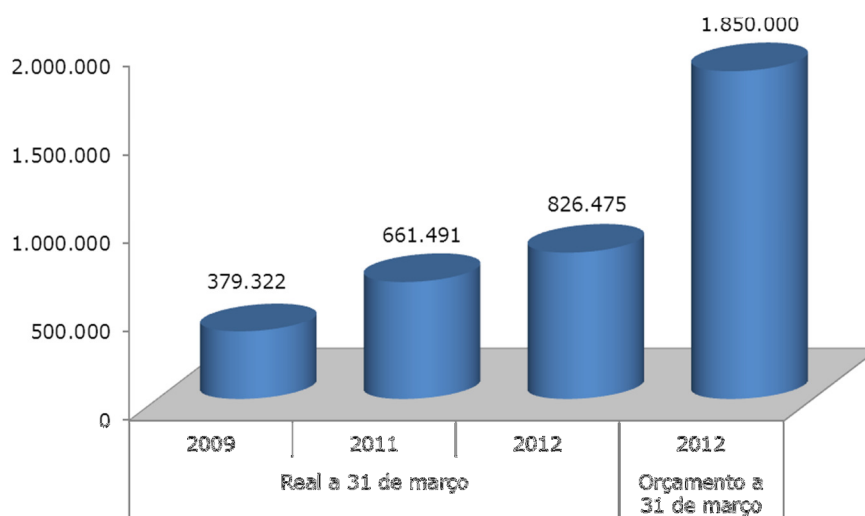
Unidade: Euros

Passivo Remunerado	Real				Variação 2011/2012		Variação 2010/2012		Variação 2009/2012	
	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Mar-12	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Médio/Longo Prazo	101.024.105	97.003.045	88.478.470	90.853.470	2.375.000	2,7%	-6.149.575	-6,3%	-10.170.635	-10,1%
Curto Prazo	35.915.910	47.787.525	44.540.509	37.452.524	-7.087.985	-15,9%	-10.335.001	-21,6%	1.536.614	4,3%
Total	136.940.015	144.790.570	133.018.979	128.305.994	-4.712.985	-3,5%	-16.484.576	-11,4%	-8.634.021	-6,3%

No que refere ao passivo remunerado da APL, demonstra-se que, face a dezembro de 2011, verificou-se uma redução na ordem dos 4.713 milhares de euros, essencialmente através da redução do passivo de curto prazo. De notar que o aumento do passivo de médio/longo prazo derivou da reconversão de uma linha de crédito de curto prazo.

Gastos Financeiros

Unidade: Euros



No período em análise, os gastos financeiros sofreram um substancial aumento decorrente dos acréscimos contínuos da componente *spread* verificados essencialmente ao longo do 2º semestre de 2011. Assim, face a 2011, o aumento correspondeu a 165 mil euros e face a 2009, 447 mil euros, significando uma variação na ordem dos 25% e 118%, respetivamente.

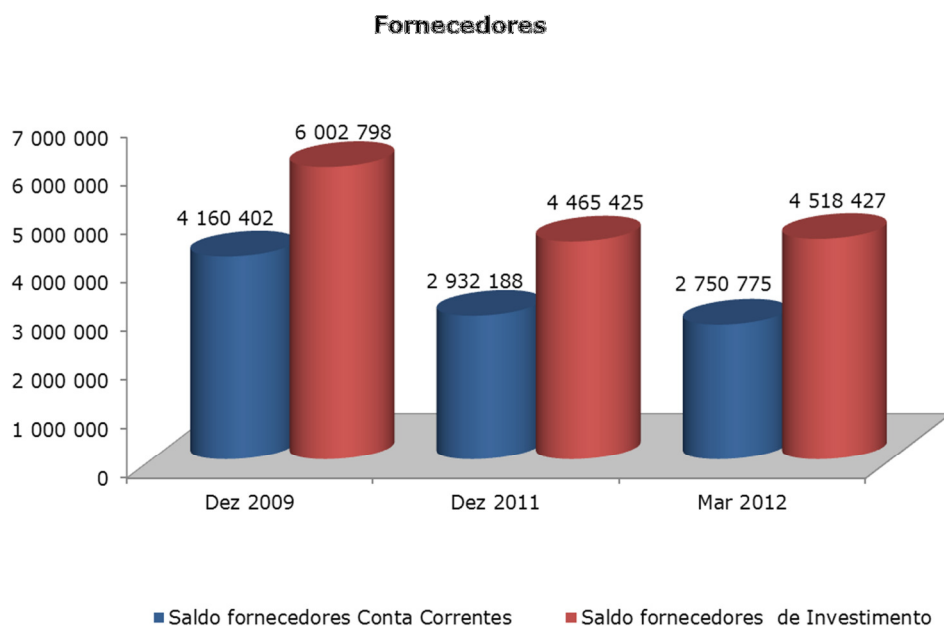
Tesouraria

Não obstante o excelente desempenho económico da empresa no último triénio, o esforço efetuado quer para financiar com recursos próprios os investimentos realizados, quer para pagar o serviço da dívida, com encargos financeiros mais elevados e reembolsos extraordinários de algumas linhas de curto prazo, tem trazido uma pressão crescente na tesouraria da empresa.

Esta pressão na tesouraria tem sido agravada devido ao facto de a APL,S.A. por um lado, não ter acesso a fundos comunitários para financiar os seus investimentos, uma vez que está localizada na região de Lisboa e Vale do Tejo mas, também, devido à crise vivida no setor imobiliário que não tem permitido concretizar a esperada alienação de ativos não estratégicos.

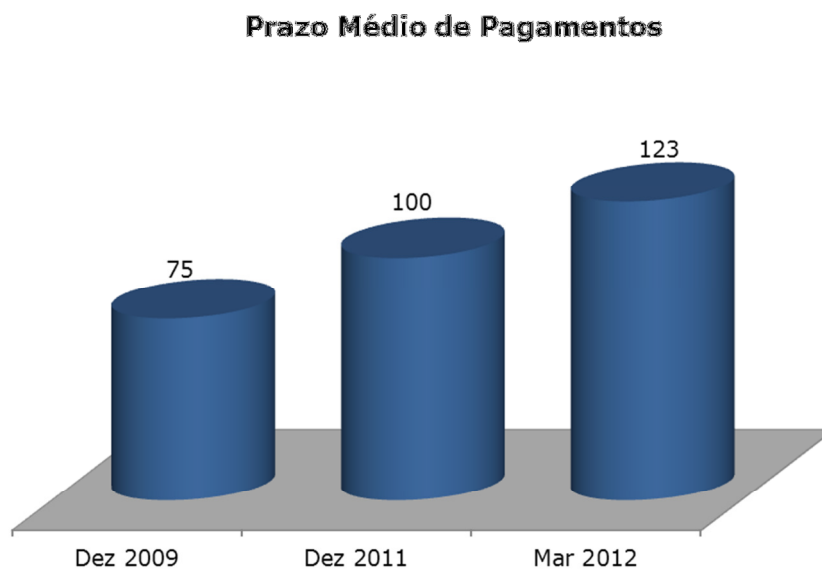
Fornecedores e Clientes

Unidade: Euros



Na linha do que foi anteriormente referido quanto à conjuntura nacional, a evolução dos prazos médios de pagamento e de recebimento refletem as condições económicas adversas que se têm verificado.

Unidade: Dias



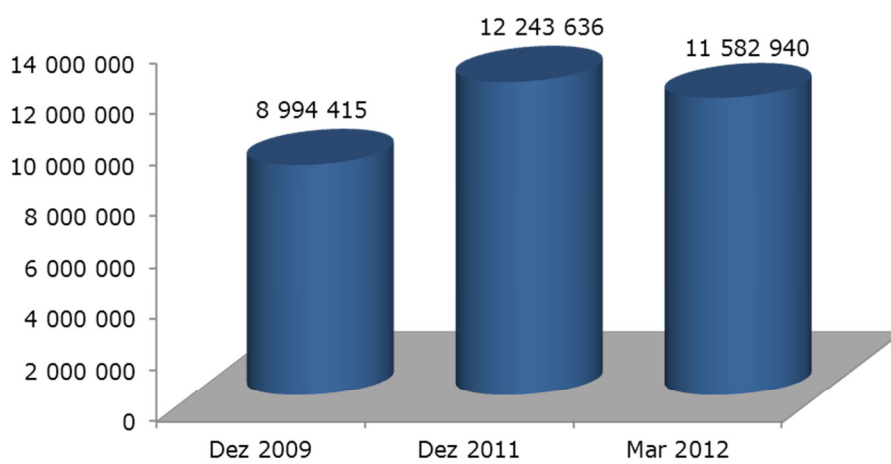
Com efeito, a necessidade premente de definição de prioridades ao nível da tesouraria levou a um agravamento do Prazo Médio de Pagamento (PMP) face a dezembro de 2011, correspondendo o PMP no 1º trimestre de 2012 a 123 dias.

As políticas intensivas de recuperação de crédito anteriormente definidas foram reforçadas e afinadas para os diferentes tipos de negócio no trimestre em causa.

Durante o primeiro trimestre de 2012, foram concretizados 3 planos de pagamento com assinatura de declaração de reconhecimento de dívida envolvendo créditos sobre clientes de 7.436 euros.

Unidade: Euros

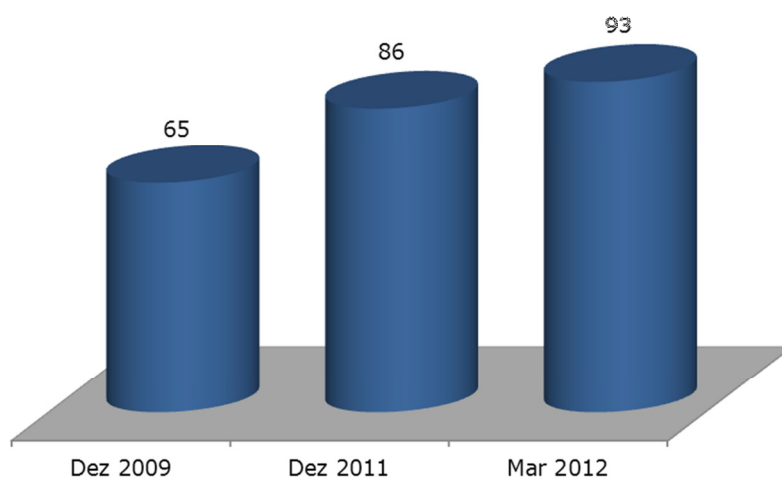
Saldo de Clientes



A APL continua a encetar esforços para a recuperação de crédito. No entanto, no que respeita aos clientes de usos dominiais, em particular na área da restauração, têm os mesmos vindo a solicitar condições especiais, sendo cada vez maior a dificuldade em obter os recebimentos dentro dos prazos de vencimento.

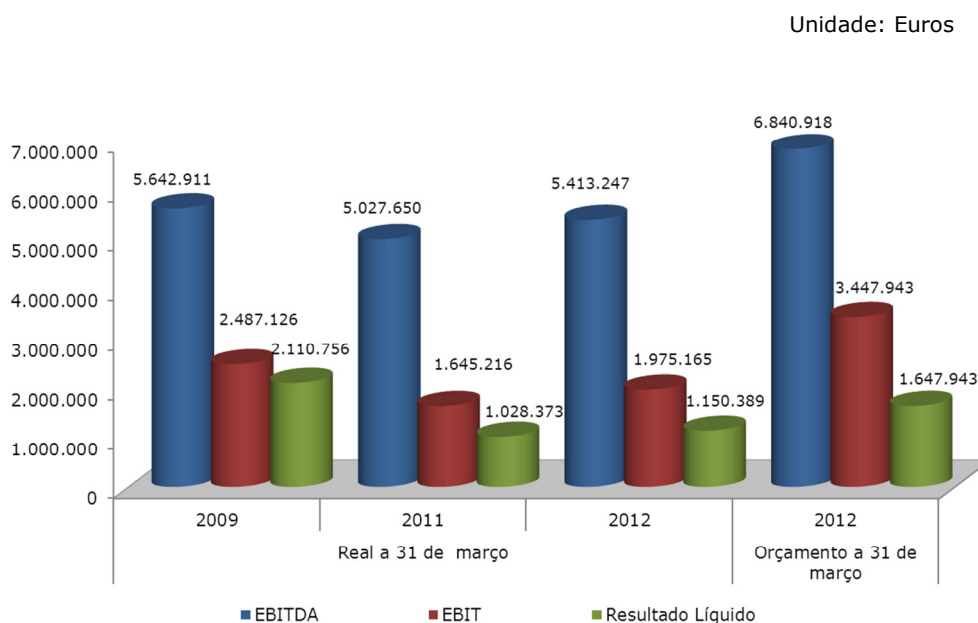
Unidade: Dias

Prazo Médio de Recebimentos



Da análise do gráfico anterior, evidencia-se que as políticas internas implementadas permitiram conter no primeiro trimestre de 2012 o agravamento das condições económicas do mercado.

Desempenho Económico



O desempenho económico da APL a 31 de março de 2012, refletiu-se no seu resultado líquido, na ordem dos 1.150 milhares de euros, acima do período homólogo do ano transato, correspondendo a uma variação positiva de 12%. Evidencia-se ainda a rubrica de EBITDA que é superior (na ordem dos 8%), em relação ao alcançado no período homólogo de 2011.

Ainda que o desempenho económico da APL, no 1º trimestre de 2012, esteja abaixo do que tinha sido previsto, pelo facto de não se terem concretizado as mais-valias decorrentes das alienações de imóveis previstas para 2012, a empresa mantém uma tendência de evolução positiva, a qual, e caso sejam ultrapassados os problemas conjunturais de tesouraria, contribuirá para o reforço da sustentabilidade de empresa.

F – CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

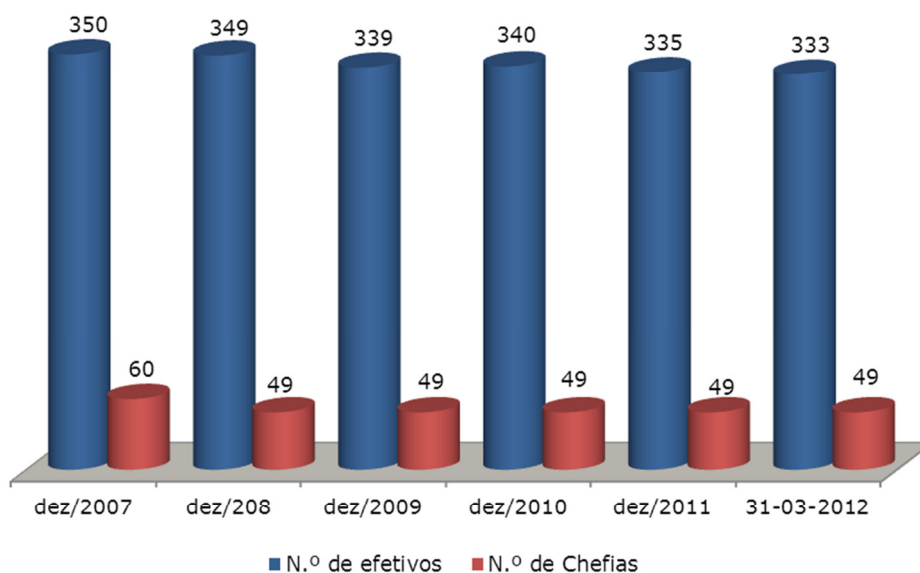
Plano de Redução de Gastos Operacionais

Redução do Número de Efetivos e de Cargos de Direção e Chefia

Após a redução ocorrida em 2008, verifica-se uma estabilidade ao nível dos cargos de chefia e uma tendência para a contenção do número total de trabalhadores.

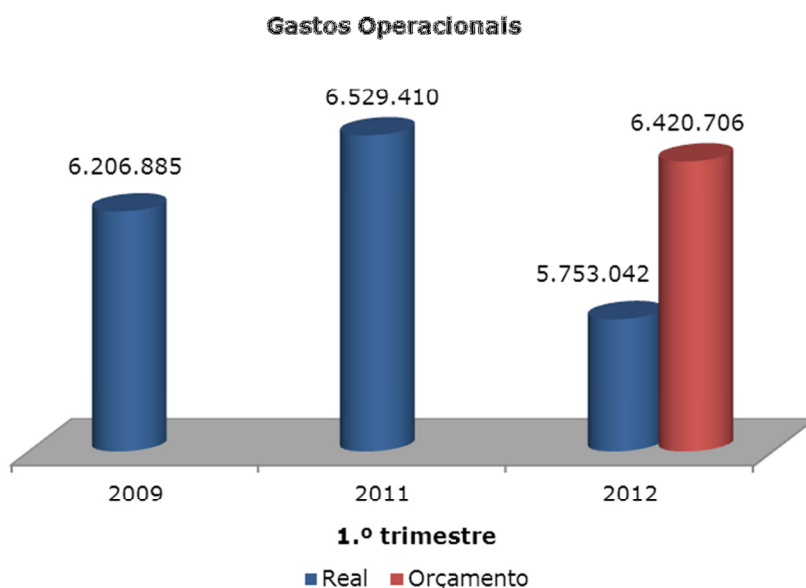
A redução de cargos de chefia verificada em 2008 vem aliás ao encontro do disposto nas recomendações da RCM n.º101-A/2010, de 27 de dezembro.

Até ao final de 2012 prevê-se que venham ainda a ocorrer saídas por reforma/aposentação, com impacto nos gastos com pessoal.



Gastos Operacionais

Analisando os gastos operacionais, verifica-se uma redução face ao 1.º trimestre de 2011 (-11,9%) ultrapassando o valor orçamentado para 2012 (-10,4%).



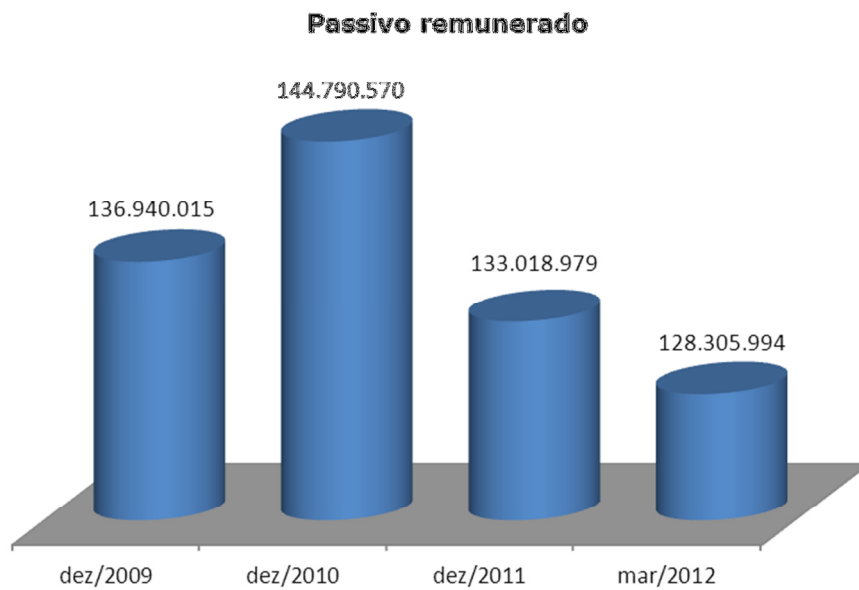
A 31 de dezembro de 2011 a APL alcançou uma redução de 19,4% face a 2009, tendo superado as orientações definidas no Despacho SETF n.º 1315/2010, de 15 de novembro, onde se estabelece uma poupança de 15%. Já no que respeita a 2012, a redução face a 2009 será fixada num adicional de 8% (ofício n.º 7405, de 9 de dezembro de 2011 da DGTF), o que representa uma diminuição total de 23%.

Mantendo a mesma proporção quanto à redução verificada no 1.º trimestre de 2012, será possível alcançar e até mesmo ultrapassar os objetivos traçados.

Orientações sobre o endividamento

De acordo com o despacho do MEF n.º 155/2011, de 28 de abril, o aumento líquido do endividamento não deverá ultrapassar 5% do acréscimo do endividamento em relação ao ano anterior.

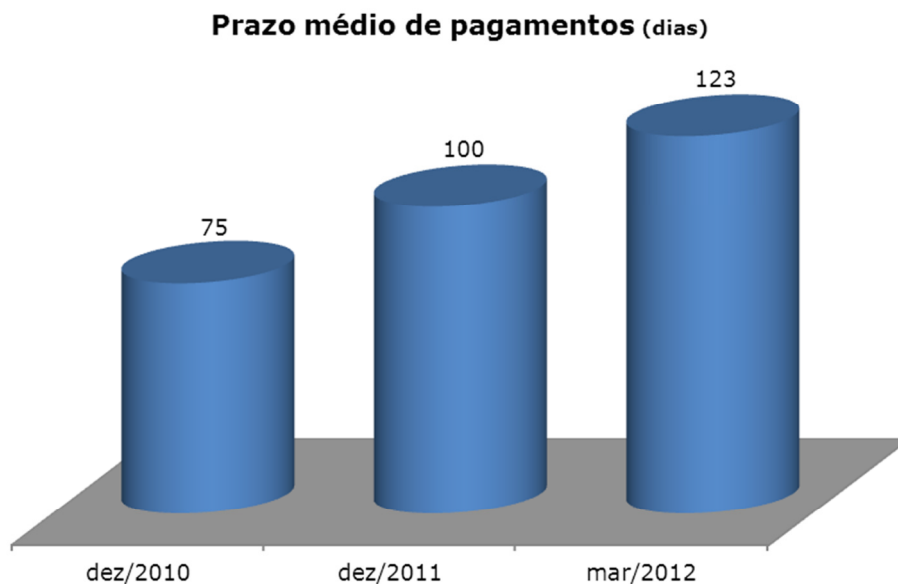
Com uma redução de 8,1% de 2011 face a 2010 e de 3,5% de 31 de março de 2012 face a dezembro de 2011, a APL cumprirá os objetivos traçados, mesmo considerando a obtenção dos financiamentos previstos para o 2.º semestre do ano.



Prazo médio de pagamentos

Num contexto de conjuntura económica nacional adversa, os prazos médios de pagamento refletem uma evolução ascendente em virtude da necessidade de definir prioridades ao nível da tesouraria, não tendo sido cumpridas, à data, as metas estabelecidas na RCM 34/2008.

Com efeito, fruto da pressão constante do setor bancário no sentido de exigir os reembolsos de linhas de crédito de curto prazo e do agravamento dos *spreads*, a empresa viu a sua tesouraria fortemente condicionada, recorrendo assim principalmente a crédito de fornecedores de imobilizado.



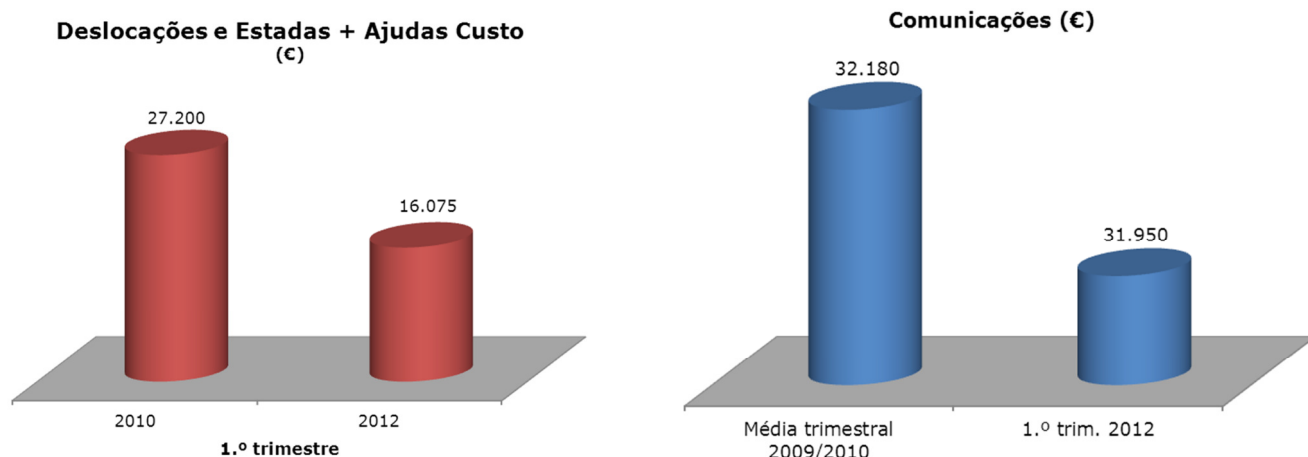
Redução de Gastos com Comunicações, Deslocações e Ajudas de Custo

A DGTF recomenda uma redução de gastos com deslocações e estadas e ajudas de custo de 50% face a 2010.

Relativamente a comunicações, a orientação é no sentido de se atingir uma redução de 50% sobre a média dos anos 2009 e 2010. Contudo, fruto do esforço de racionalização levado a cabo nos últimos dois anos, de forma a garantir a operacionalidade da empresa, inclusivamente a faturação, o orçamento de 2012 aprovado na Assembleia Geral, considera uma redução nos gastos com comunicação de 33% relativamente à média dos anos de 2009 e 2010. Parte significativa desta redução está dependente da concretização da desativação do edifício sede da Junqueira com a sua venda e que não foi possível realizar.

À data de 31 de março registavam-se os seguintes decréscimos:

- Ao nível dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo: - 40,9%;
- No âmbito de gastos com comunicações: - 0,7%.



De referir que ambas as rubricas encontravam-se abaixo dos valores orçamentados para o trimestre em causa:

- Deslocações, estadas e ajudas de custo: -1,7%;
- Comunicações: -8,7%.

G - FACTOS SUPERVENIENTES

1. Revisões trimestrais do orçamento 2012

Dentro das políticas de controlo orçamental definidas para o presente ano, a empresa tem como prática efetuar revisões trimestrais aos pressupostos do orçamento, de forma a melhor adaptar-se à evolução das condicionantes externas.

Desta forma, relativamente à revisão do primeiro trimestre, destacam-se as principais conclusões que, por não serem materiais dentro dos objetivos traçados, não justificaram a elaboração de um novo orçamento:

- Volume de negócios: +1,3%;
- Fornecimentos e Serviços Externos: -4,5%;
- Investimento: -25%.

✓ Ao nível do volume de negócios:

Unidade: euros

Rubricas	Versão inicial (Plano Atividades 2012-2014)	Primeira revisão 2012	Varição	NOTAS
Volume de Negócios	51.455.070	52.030.105	575.035	
Tarifas e Concessões Portuárias	38.702.987	39.091.475	388.488	Revisão em alta dos ganhos provenientes das concessões, principalmente no que se refere às taxas fixas
Usos Dominiais	8.298.096	8.484.643	186.547	Faturação a título indemnizatório relativa a parcelas cujo título já caducou mas que mantêm a ocupação
Rendimentos de propriedades de investimento	4.453.987	4.453.987	0	

✓ Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos:

Unidade: euros

Rubricas	Versão inicial (Plano Atividades 2012-2014)	Primeira revisão 2012	Varição	NOTAS
FSE	11.413.411	10.895.094	-518.317	
Dragagens	4.315.017	3.445.017	-870.000	Transferência da última dragagem a efetuar em Pedrouços de gastos de exploração para investimentos e revisão do plano de dragagens de manutenção.
Água	200.000	600.000	400.000	Atraso nos procedimentos concursais relativos à concessão do fornecimento de água
Publicidade e propaganda	238.400	173.550	-64.850	Revisão do plano de publicidade e propaganda
Restantes FSE	6.659.994	6.676.527	16.533	

- ✓ Quanto aos investimentos previstos, e como consequência da conjuntura económica adversa, foram adiados alguns projetos cujo início tinha sido agendado para 2012:

Unidade: euros

ÁREAS	Versão inicial	1.ª revisão 2012	Variação
CARGA	3.089.900	1.264.900	-1.825.000
CRUZEIROS	1.667.500	692.000	-975.500
AUTORIDADE PORTUÁRIA	1.932.400	1.728.100	-204.300
REABILITAÇÃO FRENTES RIBEIRINHAS	1.673.300	1.429.800	-243.500
NÁUTICA RECREIO	3.805.000	3.970.000	165.000
REORGANIZAÇÃO INTERNA	165.000	145.000	-20.000
GESTÃO CORRENTE	88.200	88.200	0
TOTAL INVESTIMENTO REVISTO	12.421.300	9.318.000	-3.103.300

2. Reversão dos bens dos concessionários para a APL

A aprovação pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) exige a análise das relações patrimoniais entre a APL e os seus concessionários, designadamente no que se refere aos bens que, nos termos legais e contratuais, reverterem para esta administração portuária na sua qualidade de concedente, com a consequente obrigação de tratamento contabilístico (reconhecimento dos ativos).

A reversão de bens no termo das concessões de serviço público é questão simultaneamente delicada e consagrada internacionalmente nos direitos de matriz continental europeia.

Os contratos de concessão de serviço público de carga e descarga celebrados no Porto de Lisboa, pela APL e os diversos concessionários, concretizaram as citadas bases das concessões portuárias (Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de dezembro).

De entre estes contratos de concessão desde logo se identifica um grande grupo de redação praticamente idêntica que integra os contratos resultantes de convolações celebrados com as seguintes concessionárias:

- Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro (concessionado à LBC Tanquipor, SA, ex-Tanquipor), datando o atual contrato de concessão de 30 de junho de 1995;
- Terminal do Barreiro (concessionado à Atlanport – Sociedade de Exploração Portuária, SA) datando o atual contrato de concessão de 30 de junho de 1995;
- Terminal do Seixal (concessionado à Baía da Tejo, SA, ex-Siderurgia Nacional Empresa de Serviços, SA) datando o atual contrato de concessão de 30 de Junho de 1995;

- Terminal de Granéis Alimentares do Beato (concessionado à Silopor – Empresa de Silos Portuários, SA) datando o atual contrato de concessão de 30 de junho de 1995;
- Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria (concessionado à Silopor – Empresa de Silos Portuários, SA) datando o atual contrato de concessão de 30 de Junho de 1995;
- Terminal de Granéis Alimentares de Palença (concessionado à Sovena Oilseeds Portugal, SA, ex-Tagol) datando o atual contrato de concessão de 8 de janeiro de 1996);
- Terminal *Multipurpose* de Lisboa (concessionado à Operlis – Gestão e Operação Portuária, SA, anteriormente à Transinsular) datando o atual contrato de concessão de 30 de junho de 1995, com alterações em 17 de outubro de 2003 e 16 de junho de 2010.

Estes contratos resultaram de convocações de títulos já existentes em 1994, aquando da publicação do Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de dezembro, diploma este que estabeleceu as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas nos cais e terminais portuários. Com a publicação deste último diploma os títulos de que gozavam os respetivos concessionários sobre os terminais que exploravam foram adaptados às bases contratuais então publicadas.

Distintos, por já não resultarem de convocação e terem sido celebrados em momento diferente, após concurso público com negociação, são os contratos de concessão do Terminal de Contentores de Santa Apolónia, de 7 de janeiro de 2000, do Terminal Multiusos do Beato e do Terminal Multiusos do Poço do Bispo, ambos de 27 de outubro de 2000.

Tendo sido definida a política contabilística comum a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionárias de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que reverterem gratuitamente para a concedente no termo dos respetivos contratos de concessão, conforme ofício da APP, com a ref.^a 45/2012, de 20 de março de 2012, encontra-se a APL a implementar a referida política procedendo ao reconhecimento dos referidos bens.

À data de 31 de março de 2012 decorria a primeira fase deste processo, com a análise dos diversos contratos, estando a ser dado maior ênfase aos contratos de concessão de serviço público de carga.

Procede-se atualmente à análise de todas as listagens de bens a reverter remetidas pelos concessionários, após o que serão elaborados novos ofícios àquelas entidades e em muitos casos agendadas reuniões no sentido de clarificar possíveis dúvidas.

3. Conclusão das negociações com a SNLongos

A APL e a SNLongos acordaram nas condições de utilização de parcela ao Terminal do Seixal, no concelho do Seixal, na sequência da cisão e privatização da antiga Siderurgia Nacional, sanando-se, assim, questão em discussão há anos e que permitiu à APL, S.A. recuperar uma dívida de 926.215 euros.

4. Concursos Públicos

Decorrem à data dois concursos públicos tendo-se optado, em ambos os casos, pelo modelo de concessão em detrimento da prestação de serviços com vista, quer a uma prestação mais eficiente, quer à necessidade de ultrapassar diversos constrangimentos que atualmente se verificam e que se traduzem num ónus significativo na estrutura de custos da APL, sobretudo ao nível dos fornecimentos e serviços externos, e também no que respeita aos riscos de cobrança associados à faturação das taxas respetivas:

- **Concurso para concessão de exploração dos Serviços de Abastecimento de Água e de Recolha de Águas Residuais:**

Já decorrido o 1.º trimestre de 2012, e na sequência do procedimento lançado, teve lugar, em junho, a adjudicação da concessão em causa ao agrupamento Aquapor Serviços, S.A./Luságua Serviços Ambientais S.A., encontrando-se à data a ser elaborado o respetivo contrato.

Com esta concessão, cujo prazo de duração é de 8 anos, estima-se para a APL, S.A. uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos de 770 mil euros por ano, e uma poupança anual superior a 70 mil euros, entre consumo de água e manutenção da rede. Ao mesmo tempo, a APL, S.A. irá beneficiar de um encaixe inicial de 25 mil euros e a concessionária irá efetuar durante a concessão investimentos no montante de 635 mil euros, a aplicar nas redes de abastecimento e de drenagem, substituição de equipamento (contadores) e num furo para captação de água.

- **Concurso para concessão da exploração dos serviços de Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e a Navios na área de jurisdição da APL:**

O referido procedimento foi lançado no início de julho e encontra-se em fase de receção de propostas. Este contrato terá igualmente uma duração de 8 anos, e um valor total que se prevê ascender a cerca de 2,7 milhões de euros, para os serviços regulares (com base nos preços máximos fixados no concurso), aos quais acresce o custo com os trabalhos adicionais que, com base nos valores de 2011, não deverá ultrapassar 1,1 milhões de euros.

Desta forma será possível obter uma redução anual em FSE na ordem dos 196 mil euros, estimando-se para os 8 anos da concessão uma poupança global superior a 1 milhão de euros (cerca de 145 mil euros/ano).

A APL será compensada pelos custos com as amortizações das instalações associadas a esta prestação mediante o pagamento das rendas dominiais correspondentes por parte do concessionário, sendo ainda transferidos para o mesmo os encargos com manutenções/reparações de todo o imobilizado.

Com a junção das duas prestações de serviços procurou-se ainda uma racionalização dos circuitos e dos procedimentos que constituirá uma mais-valia neste âmbito de atividade, com benefícios para a APL e para o prestador.

5. Marina Parque das Nações

A Parque Expo, no âmbito da sua liquidação, solicitou apoio à APL, S.A. para procurar encontrar uma solução para o futuro da Marina do Parque das Nações.

6. Novos Financiamentos

A APL, S.A. recebeu uma proposta de financiamento do Montepio Geral de 10 milhões de Euros a 10 anos com aval do Estado. Nos termos da Lei, o processo foi remetido para a DGTF que se encontra a analisá-lo.